

PE-069 - DA INTRODUÇÃO ALIMENTAR À ALERGIA ALIMENTAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alice de Moura Vogt¹, Irene Souza¹, Eduarda Rebés Müller¹, Cristiane Muller¹, Carolina Jovasque Lewandowski¹, Morgana Pizzolatti Marins¹, Luiza Dalla Vecchia Torriani¹, Luísa Alves Lopes¹, William Cruz da Silva¹, Jenifer Grotto de Souza¹

1 - Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC.

Introdução: A Organização Mundial da Saúde recomenda aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e alimentação complementar segura a partir desse momento. A introdução alimentar deve ocorrer de forma lenta e gradual, respeitando a individualidade do bebê e da família. Essa temática é importante para a saúde pública, pois o devido esclarecimento sobre o assunto pode prever riscos de desenvolver alergia alimentar. **Objetivos:** Objetiva-se identificar relações entre a introdução alimentar com o desenvolvimento de alergias alimentares, a fim de direcionar campanhas de recomendações sobre o tema. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com levantamento de artigos na base de dados Scopus. Restringiram-se a estudos completos, que abordassem a temática proposta, resultando em um total de 14 artigos científicos. **Discussão:** A introdução de alimentos sólidos na dieta dos bebês desempenha importante papel na programação imunológica. As orientações alimentares devem considerar a história familiar de alergias e a disponibilidade financeira. Os alérgenos alimentares mais comuns incluem leite, ovo, soja, trigo, amendoim, nozes e crustáceos. As diretrizes dos comitês americanos e europeus recomendam que os alimentos sólidos sejam introduzidos aos seis meses de idade, anteriormente, recomendavam introduzir tardiamente alimentos altamente alergênicos, para prevenir doenças alérgicas em bebês de alto risco. No entanto, as evidências sugerem que essa prática pode aumentar a incidência de alergias alimentares. Ademais, há consenso de que alguns padrões alimentares de crianças tendem a ser protetores para alergias e outras patologias, como o consumo de frutas e legumes manipulados em casa. **Conclusão:** Considera-se coerente atentar para o início adequado da introdução de alguns alimentos potencialmente alergênicos. Práticas adequadas de alimentação infantil nos dois primeiros anos são moduladores do desenvolvimento cerebral e podem resultar em efeitos positivos no desenvolvimento cognitivo. Logo, é fundamental incentivar esse hábito para que a alimentação proporcione melhor bem-estar para a criança.

PE-070 - AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2008 E 2018

Alice de Moura Vogt¹, Jordana Vargas Peruzzo¹, Eduarda Rebés Müller¹, Cristiane Muller¹, Carolina Jovasque Lewandowski¹, Morgana Pizzolatti Marins¹, Luiza Dalla Vecchia Torriani¹, Luísa Alves Lopes¹, William Cruz da Silva¹, Jenifer Grotto de Souza¹

1 - Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC.

Introdução: A sífilis congênita (SC) ocorre quando o espiroqueta *Treponema pallidum* é transmitido de uma mulher grávida para o feto, seja por transmissão transplacentária seja, mais raramente, por contato direto com uma lesão infecciosa durante o nascimento. Em consequência, a infecção pode resultar em natimorto, prematuridade ou em um amplo espectro de manifestações clínicas. Entretanto, a triagem seguida por tratamento com antibióticos apropriados geralmente evita resultados adversos maternos e da prole. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi analisar a incidência de sífilis congênita em um município do interior do Rio Grande do Sul. **Método:** Os dados coletados foram obtidos por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde do Brasil. Foram analisados os casos confirmados de sífilis congênita por ano de diagnóstico segundo município de notificação nos anos de 2008 a 2018. **Resultados:** Assim como registrado no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, o município em estudo apresentou aumento da incidência de SC entre os anos de 2008 e 2018. No ano de 2008, foi registrado apenas 1 caso, com aumento significativo até o ano de 2018, quando foram registrados 10 casos, constituindo um aumento de 900%. Este aumento se deve, principalmente, à triagem materna inadequada, falta ou entrada tardia na assistência pré-natal e ao tratamento insuficiente ou equivocado para sífilis. Por se tratar de uma doença de fácil prevenção, sua ocorrência sugere falhas no funcionamento do sistema de saúde. **Conclusão:** Dado o exposto, o aumento da incidência de SC nos últimos anos evidencia que a sífilis continua sendo um problema de saúde pública, apesar da disponibilidade de tratamento eficaz, acessível e barato. Tais perspectivas devem ser consideradas para a elaboração de políticas públicas em busca da prevenção da SC.